

A ABORDAGEM MATERIALISTA DE KARL MARX

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA, O TRABALHO COMO PRÁXIS HUMANA E A ALIENAÇÃO

Para Karl Marx (1818-1883), o trabalho é a principal característica do ser humano, porém não o trabalho na sua forma atual de força explorada para a produção de mercadorias, mas sim o trabalho enquanto capacidade humana de transformação do meio circundante para a satisfação de necessidades. De maneira mais precisa, para Marx “o trabalho é qualquer gasto de energia humana, na forma de um esforço cerebral/muscular, visando a transformação material e/ou simbólica da realidade circundante (natureza, meio social e do próprio homem) para a satisfação das necessidades humanas, sejam elas necessidades materiais ou não-materiais, de maneira direta ou indireta”. Dessa maneira, toda atividade humana desenvolvida pelo ser humano, ao longo de sua vida, pode ser identificada como trabalho, porque qualquer atividade envolve um gasto de energia e, de alguma maneira, está ligada a satisfação de necessidades dos mais variados tipos. Este trabalho humano se distingue do tipo de atividade vital desenvolvido por outros animais por vários motivos

Nesse sentido amplo, o trabalho humano assume o sentido de práxis enquanto uma atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio do qual o homem produz e transforma seu mundo humano e histórico, transformando a si mesmo. Ao produzir as condições materiais de existência, o homem também produz sua consciência, seu modo de pensar e conceber o mundo. Assim, a práxis não é apenas a atividade de labor material, mas também o labor intelectual.

Assim, a sociedade só pode ser explicada pelas condições materiais da existência humana.

"A condição primeira de toda história humana é, naturalmente a existência de seres humanos vivos. O primeiro estado real a constatar é, portanto, patrimônio corporal desses indivíduos e as relações que esse patrimônio desenvolve com o resto da natureza... toda história deve partir dessas bases naturais e sua modificação, através da ação dos homens, no curso da História.(...) Ao produzir os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material."

A sociedade só pode ser entendida como uma construção dos homens, na sua relação com a natureza e com os outros homens. A sociedade é o produto da ação recíproca dos homens num determinado período histórico. Assim a compreensão última dos processos históricos deve ser buscada nas formas pela quais os homens produzem os meios materiais, constituindo-se esta explicação a sua concepção materialista da História.

Nas sociedades onde existe produção coletiva e consumo coletivo o trabalho aparece como uma atividade vital com a qual o trabalhador se identifica. Nessa situação, o homem reconhece a sua atividade como um meio e realização de sua humanidade, como meio de satisfação de suas necessidades.

Porém, nas sociedades marcadas pelas diferenças sociais, onde uma parte da sociedade explora o fruto do trabalho da outra parte, o trabalho se torna uma atividade que gera distanciamento entre o produtor e o produto, uma atividade que se converte em uma mera forma de garantir a subsistência feita sem qualquer consciência de sua importância, em outras palavras, uma atividade alienada. O produto deste trabalho alienado não é usufruído pelo produtor direto, mas por um outro indivíduo que se apropria do fruto deste trabalho sem tê-lo produzido. Assim, o produto do trabalho torna-se propriedade do não-produtor.

E o processo de alienação é necessário ser entendido para descrever a condição dos homens expropriados do produto do seu trabalho. Os homens se sentem alienados ou divorciados do seu trabalho, do seu meio institucional e cultural. Os efeitos desta alienação podem ser mais bem resumidos pelas próprias palavras de Marx:

"O que, então, constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, o fato do trabalho ser externo ao trabalhador, isto é, não pertencer à sua essência; em seu trabalho, portanto, ele não se afirma, mas se nega, não se sente feliz, mas infeliz, não desenvolve livremente sua energia física e mental, mas mortifica seu corpo e arruina sua mente. O trabalhador portanto, só sente ele mesmo fora do trabalho; no trabalho, sente-se estranho... Seu trabalho não é voluntário, mas é algo a que ele é obrigado; é um trabalho forçado ... A natureza externa do trabalho, para o operário, se evidencia no fato de o trabalho não ser de quem trabalha, mas de outro, de não pertencer a ele,

mas ele pertencer ao trabalho... Com isso, o homem (o operário) não se sente mais livre, a não ser em suas funções animais - comer, beber, procriar ou, quando muito, em sua moradia e com relação a suas próprias roupas, etc.; em suas funções humanas ele se sente, portanto, apenas como um animal".

O processo de alienação tem conseqüências que ultrapassam o aspecto econômico da expropriação do produto do trabalho. A alienação do produto final implica uma alienação do processo de trabalho o produtor direto perde o controle sobre a própria atividade de fabricação daquele bem, processo este determinado pelos homens que controlam os meios de produção. Assim, temos uma alienação do produto do trabalho e do processo de trabalho.

Historicamente, o surgimento do trabalho alienado ocorreu na transição do modo de produção comunal primitivo (tribal) para o modo de produção escravista. Quando, as tribos marcadas pela ausência de diferenciação econômica interna escravizaram as tribos adversárias, ao invés de eliminá-las fisicamente, surgiu o trabalho alienado como um tipo de atividade humana envolvendo gasto de energia humana destinada a satisfação das necessidades de outros indivíduos que não eram os produtores diretos. Com a instituição da escravidão surgiu a divisão em proprietários de escravos e escravos sendo que o primeiro grupo não só possuía todos os meios de produção – a terra e as ferramentas, por muito primitivas que fossem na altura -, mas também possuíam o controle da vida e da força de trabalho dos produtores diretos.

Antes de surgir esta primeira forma de exploração do homem pelo homem, existia a família patriarcal ou, como por vezes é chamada, a família do clã. Nessa altura não havia Estado, não havia aparelho especial nenhum para o emprego sistemático da força e a submissão do povo pela força. Na sociedade primitiva, quando a gente vivia em pequenos grupos familiares e ainda se achava nas etapas mais baixas do desenvolvimento, não se observam ainda indícios da existência do Estado.

Deste modo, com o trabalho alienado condiciona o surgimento da propriedade privada e estes dois por suas vez definem o surgimento da sociedade de classes composta pelos senhores de escravos, enquanto os que trabalhavam e alienavam o produto do trabalho a outros eram conhecidos como escravos.

Então, o Estado como aparelho especial para a coerção dos homens, surge apenas onde e quando ocorre a divisão da sociedade em classes, quer dizer, a divisão em grupos de pessoas, algumas das quais se apropriam permanentemente do trabalho alheio, onde uns exploram os outros.

Com o Estado surge uma categoria especial de pessoas que se especializam em governar, substituindo o predomínio do costume, a autoridade, o respeito, o poder de que gozavam os anciãos.. Este aparelho estatal dispõe sistematicamente de certo aparelho de coerção violenta representando inicialmente, pelos “destacamentos especiais de homens armados”, uma forma embrionária das forças armadas a serviço dos interesses do Estado a serviço da minoria dominante.

INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA.

Como já vimos antes, a sociedade só pode ser entendida como uma construção dos homens, na sua relação com a natureza e com os outros homens. A sociedade é o produto da ação recíproca dos homens num determinado período histórico. Assim a compreensão dos processos históricos deve ser buscada nas formas pela quais os homens produzem os meios materiais, constituindo-se esta explicação a sua concepção materialista da História.

"As relações jurídicas assim como as formas do Estado não podem ser tomadas por si mesmas nem do chamado desenvolvimento geral da mente humana, mas têm suas raízes nas condições materiais de vida, em sua totalidade, relações estas que Hegel (...) combinava sob o nome de sociedade civil. (...) Na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e qual a correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção de vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina a sua consciência."

Podemos dizer, então, que as condições materiais de toda a sociedade condicionam as demais relações sociais e que, para viver, os homens transformam a natureza para satisfazer necessidades como comer, construir abrigos, utensílios, etc, sem o que não poderiam existir como seres vivos. O estudo de qualquer sociedade pressupõe como ponto de partida, as relações sociais que os homens estabelecem entre si para utilizar os meios de produção e transformar a natureza.

Marx explica que a produção das formas de organização social e política, bem como a produção das idéias são condicionadas pelas relações sociais que são estabelecidas para a produção da vida material.

Assim, um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas corresponde uma determinada forma de produção e de consumo, e, ao mesmo tempo e na mesma relação, uma organização social: uma determinada organização de família, de classe social, uma organização política. Em síntese, uma determinada forma de sociedade. Por exemplo, podemos tomar a as sociedades primitivas ou tribais, com base na propriedade da tribo, com um processo rudimentar de produção, com base na pesca caça e criação de gado, com uma divisão do trabalho pouco desenvolvida e a estrutura social se limitando a uma extensão da família, e; o outro exemplo, o da sociedade capitalista, com base na propriedade privada da terra, com a divisão do trabalho cada vez mais complexa, uma estrutura social formada de classes sociais e regulada pelo Estado.

Para estes autores, cada modo de produção se caracteriza por determinado tipo de relações entre os homens na produção da riqueza. O modo de produção escravista antigo caracteriza-se pela escravidão; o modo de produção feudal, pela servidão; o modo de produção burguês, pelo trabalho assalariado e, mais problemático na sua definição, o modo de produção asiático ou tributário, pela submissão dos trabalhadores ao tributo estatal e ao trabalho forçado.

Cada modo de produção indica um nível de desenvolvimento das forças produtivas e um tipo de emprego dos meios de produção em dadas relações sociais de produção. As forças produtivas são compostas pelos elementos do processo de trabalho: força de trabalho (energia humana empregada no processo de trabalho), e meios de produção (que são os objetos sobre o qual se trabalha - matéria prima; e por todos os meios de trabalho - tecnologia: ferramentas, máquinas, etc). As relações de produção correspondem a forma pelo qual os homens se organizam para efetivara a produção, a apropriação e o consumo.

Para ele, o que determina a existência de uma sociedade são as relações sociais que os homens estabelecem para produzir as condições materiais de existência, gerando um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, ou progresso tecnológico e as divisões sociais do trabalho que constituem as relações sociais de produção.

Considera também que os homens não arbitram livremente sobre suas forças produtivas - base de toda sua história - considerando que toda força produtiva é adquirida, é resultado de uma atividade anterior. Ele compreende que toda nova geração se defronta com forças produtivas adquiridas pela geração precedente cujo trabalho serve de matéria prima para a nova produção, encadeando uma História, que é a História da Humanidade, quanto maior for o desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte de suas relações sociais, e necessariamente não vão manter essa forma social tal como já encontraram. Mudam, a partir do momento em que determinadas relações de produção passam a ser obstáculos ao seu próprio desenvolvimento, modificam as suas formas de produção e conseqüentemente sua organização social.

O movimento da história é determinado pelo movimento das forças produtivas, que entram em contradição, em certas épocas revolucionárias, com as relações de produção, isto é, tanto as relações de propriedade, como a distribuição da renda entre os indivíduos ou grupos da coletividade, provocando o surgimento de novas relações de produção, gerando um novo modo de produção.

"Em certa fase de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas, que eram, essas relações convertem-se em seus entraves. Abre-se então uma era de revolução social."

A expressão do movimento das forças produtivas é a expressão das classes sociais que existem em determinadas sociedades, ou seja, a relação de desigualdade em que os homens se organizam na apropriação dos meios de produção. E a expressão desta contradição entre as forças produtivas e relações de produção é a luta de classes.

“Nos períodos revolucionários, isto é, nos períodos de contradição entre as forças e as relações de produção, uma ou várias classes sociais podem estar associadas às antigas relações de produção, enquanto outras classes podem estar delineando novas relações de produção, que, em vez de serem um obstáculo no caminho do desenvolvimento de forças produtivas, favorecerão ao máximo o seu desenvolvimento.”

Para Marx esse é o sentido da História de todas as sociedades existentes ou que existiram, e compreendê-lo é também compreender que a sociedade capitalista não é harmônica, mas contraditória, pela existência de classes sociais antagônicas, as que possuem e as que não possuem os meios de produção, e que o movimento interno dessas classes sociais, pode levar a sua negação e superação.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A MAIS-VALIA

Para Marx, o trabalho humano é o gerador de valor. No processo de trabalho se constitui a formação do valor de um bem, que desse modo detém valor de uso e valor de troca.

O valor de uso (valor utilidade): é determinado pela sua utilidade, utilidade esta que depende das propriedades materiais da mercadoria que a tornam adequado para a satisfação de determinadas necessidades. Essas propriedades materiais não dependem da quantidade de trabalho necessário para produzir a mercadoria, mas sim da qualidade do trabalho (qualidade no sentido de tipo de trabalho). Enquanto valores de uso os bens são diferentes em termos de tipo/características.

O valor de troca (valor trabalho): é determinado pela proporção entre os valores de uso de duas espécies diferentes. É o valor de troca que permite que um objeto possa ser trocado por outro. Enquanto valores de troca os bens são diferentes em termos de quantidade de trabalho necessária à produção. Quanto mais tempo leva a produção de uma mercadoria, maior valor ela terá. Mas este tempo não é um tempo qualquer, e sim o chamado *“tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.”*

Contudo, na sociedade capitalista quando estamos diante das mercadorias normalmente não percebemos este duplo valor que elas têm. Na maior parte das vezes nos deparamos com bens que são valores de uso, mas os percebemos antes como valores de troca. Isto acontece porque no capitalismo a produção e a circulação priorizam os bens como valores de troca. Marx chama esta relação de fetiche da mercadoria por meio do qual o aspecto mercantil (valor de troca) dos bens sobressai sobre o aspecto útil (valor de uso).

Nas relações sociais orientadas pelo fetiche da mercadoria parece que o trabalho humano, ao invés de produzir coisas que satisfazem as necessidades humanas (sendo este o objetivo de qualquer trabalho desenvolvido pelo homem), gera coisas para serem vendidas. Antes do usufruto está a relação mercantil. Ao invés da satisfação das necessidades humanas, são priorizadas as necessidades de mercado. O processo de produção mercantil domina os homens e os submete, e não mais o homem domina o processo de produção. A mercadoria, objeto criado pelo homem para satisfazer o homem adquire na relação mercantil um poder de sobressair ao próprio criador e as suas necessidades.

O objetivo fundamental da produção capitalista é a produção de mercadorias para o atendimento das demandas de mercado com a finalidade de obtenção do lucro privado. Mas, Marx esclareceu que o lucro não é apenas o resultado da manipulação do preço final, da mercadoria, mas sim a materialização de um excedente produtivo conseguido no processo produtivo por meio da extração da mais-valia.

A mais-valia é o resultado do trabalho adicional, de modo que o produto deste trabalho excedente é apropriado pelo capitalista, e não se reverte na mesma proporção na remuneração da força de trabalho, pois esta já está pré-determinada na forma de salário. O trabalhador, em troca do salário, aliena a força de trabalho durante uma jornada em que o valor gerado é mais do que suficiente para a remuneração do seu próprio trabalho.

A mais-valia se caracteriza pelo produto excedente de uma jornada de trabalho após o custeio da produção e o pagamento dos salários. Este pode ser obtido de duas maneiras:

a) Mais-valia Absoluta: é o excedente produtivo obtido por meio de uma simples extensão da jornada de trabalho, de modo que haja um aumento da produção sem aumento proporcional na remuneração do

trabalho. Com o aumento da jornada de trabalho haverá um aumento da produção que, conseqüentemente, implicou antes um desembolso maior na compra de todos os fatores produtivos, exceto da força de trabalho.

b) Mais valia Relativa: diante a impossibilidade da extensão da jornada de trabalho, para além do limite dado, o aumento da mais-valia será viabilizado pelo aumento da produtividade conseguido com a potencialização do trabalho através de uma revolução nas condições técnicas e sociais de trabalho, historicamente dadas. Essa mais-valia gerada pela potencialização do trabalho produtivo é chamada mais-valia relativa. .

Marx denominou este processo de acumulação de riquezas a partir da extração da mais-valia como “acumulação propriamente capitalista” que só se efetiva, historicamente, depois da chamada “acumulação primitiva” definida como *“o processo histórico que dissocia os trabalhadores dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história da capital e do modo de produção capitalista.”*

Com a acumulação primitiva ocorreu a dissociação do trabalhador de seus meios de subsistência e de trabalho que, por sua vez, foram concentrados enquanto meios de produção pelos capitalistas. O fim das garantias de acesso aos meios de trabalho e de subsistência presentes na servidão e no corporativismo, converteu os produtores diretos do período feudal (servos, camponeses e artesãos), em uma grande massa de pessoas privadas de sua subsistência e que precisaram se sujeitar ao assalariamento para poder garantir a sobrevivência, logo se sujeitar à exploração capitalista e a possibilidade de extração da mais-valia.

A burguesia foi se constituindo enquanto concentrava os meios de produção de mercadorias e assalariando os proletários. Os proletários se constituíam enquanto sofriam a expropriação dos meios de trabalho e dos meios de subsistência e alienavam a força-de-trabalho a ser alienada ao capitalista mediante o pagamento de salários com os quais são adquiridos esses meios de subsistência.

A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS CLASSES SOCIAIS.

A definição das classes sociais é determinada pela relação dos homens de uma dada sociedade com os meios de produção/ forças produtivas e com a força de trabalho. Em qualquer modo de produção, as classes dominantes e exploradoras seriam sempre aquelas formadas por um conjunto de pessoas que são as proprietárias / controladoras dos meios de produção e que exploram a força de trabalho da outra classe. As classes dominadas e oprimidas seriam aquelas formadas por um conjunto de pessoas expropriados dos meios de produção e que assumem o papel de produtores diretos, mas que não se apropriam de tudo o que produziram porque alienam sua força de trabalho ou parte dela como meio de garantir a sua sobrevivência.

Estas duas classes sociais principais de cada modo de produção expressam as contradições fundamentais de um modo de produção e, por isso, contribuem para o desenvolvimento das mesmas, sendo as classes sociais fundamentais, diferente de outras classes sociais secundárias que podem coexistir com estas neste modo de produção. Nas obras do próprio Marx, encontramos menção tanto a esta visão dicotômica das classes sociais que estruturam um modo de produção, quanto a um esquema de múltiplas classes no cenário histórico e social. Logo, a ênfase no predomínio de duas classes sociais fundamentais indicaria uma tendência histórica, mas não significa a inexistência de outras formas de agrupamento social ou que chamaremos aqui de classes sociais secundárias.

As classes sociais predominantes em um modo de produção são as classes sociais fundamentais dessa sociedade. Contudo, cada o modo de produção predominante coexiste com vestígios de modos de produção anteriores, com formas de produção marginais ao sistema dominante, e por isso toda sociedade tem também classes secundárias.

Marx faz referências as categorias sociais intermediárias existentes na sociedade capitalista sob o nome de “pequena burguesia” que reuniria aqueles sujeitos históricos que possuem os meios de produção, mas que não recorrem a exploração da força-de-trabalho alheia como os artesãos, os minifundiários ou os profissionais liberais, sendo que tais camadas intermediárias inevitavelmente se modelaram a luta de classes tendendo para umas das duas classes sociais fundamentais. Essas categorias intermediárias não constituem elementos estruturais independentes da sociedade, são modeladas pelas circunstâncias econômicas concretas e seus membros tendem para uma ou para outra classe em oposição.

Por fim, vale lembrar que mesmo no interior de uma classe fundamental podem haver divergências quando a luta de classe não está manifesta como nos atritos e divergências políticas entre as diferentes facções da burguesia (burguesia industrial, burguesia agrária, burguesia bancária e burguesia comercial esta última fracionada nos grupos voltados ao mercado interno e externo).

Em cada modo de produção as classes estabelecem diferentes relações entre si como:

a) **Relação de oposição e antagonismo:** em sociedades marcadas pela desigualdade social existiriam duas classes sociais distintas que tendem a ter interesses diferentes e opostos: a classe dominante e a classe dominada, coexistindo em uma situação de permanente enfrentamento de interesses;

b) **Relação de complementaridade e interdependência:** em qualquer modo de produção a coexistência entre as classes dominante e dominada é inegável, pois uma classe existe e se define na relação com a outra.

Na sociedade capitalista o modo como os homens se organizaram para produzir mercadorias de modo lucrativo gerou duas classes sociais opostas: a classe dos capitalistas ou burgueses e a classe dos trabalhadores assalariados ou proletários.

A classe burguesa é formada por um grupo de pessoas que se apropriam dos meios de produção - máquinas, ferramentas, capital, etc. A burguesia organiza os meios de produção com a finalidade de produzir as mercadorias de modo lucrativo. A classe proletária é formada por um grupo de pessoas despossuídas dos meios de produção e que vendem a sua força de trabalho - a única propriedade que lhes resta - em troca do salário com o qual adquirem os meios de subsistência que já não podem produzir.

Em função da sua situação concreta e da sua visão de mundo, as diferentes classes se organizam e confrontam-se na luta de classes. A classe trabalhadora, por exemplo, pode se organizar em visando a conquista de melhores condições de vida dentro da sociedade capitalista ou pode buscar a transformação da estrutura social e o fim da sociedade de classes por meio de uma revolução - a revolução socialista.

A superação da dominação burguesa pelo proletariado dependeria da tomada de consciência e da mudança da visão de mundo com a superação da dominação ideológica.

AS FORMAS DE DOMINAÇÃO A PARTIR DE K.MARX.

A dominação ideológica

Como vimos antes, Marx explicou que a produção das formas de organização social e política, bem como a produção das idéias são condicionadas pelas relações sociais estabelecidas para a produção da vida material. Por isso, em cada período histórico existem idéias, representações e uma consciência correspondente. A consciência é um produto social e histórico e, não apenas, o produto de elaborações mentais descoladas do mundo concreto.

Entre os elementos componentes da ideologia estariam as idéias morais, as crenças religiosas, as noções metafísicas, as formulações jurídicas e qualquer outro conjunto de idéias apresentadas como sendo autônomas em relação a realidade concreta. Na visão marxista, as produções intelectuais não tem essa autonomia, pois são os homens que *“desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento (...)* Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”

A ideologia não pode ser entendida como um engodo, mas sim como um instrumento de dominação que favorece os interesses da classe dominante conforme implica uma distorção na percepção da realidade social. Esta percepção distorcida da realidade resulta de um processo de produção de idéias que ocultam os elementos que materialmente determinam a vida social (essência) colocando em seu lugar abstrações distorcidas (aparências). Essa produção ideológica revela uma perspectiva / ponto de vista coerente com os interesses da classe dominante e que encontra sentido em suas experiências/ vivências dos membros dessa classe dominante. Segundo Marx:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante. (...) Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época.”

O caráter ideológico se manifesta de modo significativo quando a ideologia é disseminada / divulgada para toda a sociedade. As produções ideológicas levariam a classe dominada a perceber e entender a sua própria realidade conforme a perspectiva da classe dominante, criando um descompasso ou incoerência entre a realidade vivenciada pelos membros da classe dominada (a sua situação concretamente determinada a partir da relação com os meios de produção a chamada “classe em si”) e a interpretação dessa mesma realidade para os membros da classe dominada e a conseguinte práxis social (a sua consciência e atuação prática conforme seus interesses e posições de classe, a chamada “classe para si”).

A dominação estatal.

A interpretação de Karl Marx sobre o Estado não está contida e sistematizada no em um único ensaio ou livro, mas delineada nos vários passos de sua análise sobre a ordem capitalista. Segundo Marx, a vida social não é constituída a partir de um prévio pacto político de consentimento entre os homens, como foi visto nas formulações dos autores contratualistas - Hobbes, Locke, Rousseau.

A partir das relações sociais para a produção e reprodução de sua vida os homens criam a base material da sociedade. O Estado se origina dessas relações enquanto um garantidor coercitivo das condições jurídicas e políticas das relações que se configuram dentro de um modo de produzir materialmente a existência humana. Ele mantém e organiza a ordem social produzida pelo desenvolvimento histórico, mas esse Estado não forma a sociedade, pelo contrário, ele é moldado pela sociedade. Nas palavras do próprio Marx:

“As relações jurídicas assim como as formas do Estado não podem ser tomadas por si mesmas nem do chamado desenvolvimento geral da mente humana, mas têm suas raízes nas condições materiais de vida, em sua totalidade, relações estas que Hegel (...) combinava sob o nome de sociedade civil. (...)”

Assim, o Estado é a expressão política das relações travadas na estrutura produtiva da sociedade. A função do Estado é a organização das condições jurídicas e políticas que sustentam a ordem pública vigente em que o domínio da classe exploradora se mantém. Assim, o Estado não significaria a representação de uma entidade neutra representante do bem comum, mas sim um órgão de dominação da maioria explorada pela minoria dominante: o Estado se configura como instituição a serviço da classe dominante. Logo, o Estado não está diretamente a serviço da classe dominante, mas contribui para a manutenção da situação vigente na qual e pela qual essa classe exerce sua dominação.

Na sociedade capitalista o Estado está marcado pela luta de classes. Ideologicamente, o Estado Burguês se apresenta como o promotor da igualdade de todos os membros da sociedade e cria uma igualdade formal entre todos os membros da sociedade que não suprime a manutenção da desigualdade nas relações de produção. O Estado mascara a relação de desigualdade contida na sociedade tornando todos os cidadãos juridicamente iguais com direitos formais iguais.

O Estado capitalista ou burguês, ao organizar jurídico e politicamente as relações de produção, cumpre a função de mediatizar a luta entre as classes, conservando a dominação de uma delas, ou em outras palavras, conservando o conjunto das instituições que sustentam a dominação de uma classe por outra. Mas esse Estado não pode aparecer dessa forma para os cidadãos, pois isto implicaria uma guerra aberta e ininterrupta entre as classes sociais.

O Estado neutraliza a luta de classes e nega o interesse de classe reunindo os trabalhadores e os capitalistas, enquanto agentes envolvidos na produção, em uma coletividade supra-classista com um suposto interesse comum: o povo ou nação. Na condição comum de habitantes de um mesmo território delimitado, o Estado neutraliza a tendência dos trabalhadores de se unirem enquanto classe social consciente de seus interesses e objetivos. A liberdade é, também, uma liberdade formal na medida em que ela só existe a partir do momento em que não ameaça a “ordem material e a liberdade alheia” que se configuram na ordem capitalistas e na liberdade da burguesia de exercer sua dominação.

Na interpretação de Marx:

o Estado é a forma sob a qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns, na qual se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se disso que todas as instituições comuns têm como mediador o Estado e adquirem, através dele, uma forma política.”

Como visto no item referente às classes sociais, a classe trabalhadora seria uma classe revolucionária que, ao lutar contra a sua situação de explorada e alienada do processo produtivo, luta com a classe dominante ou burguesa e cria as condições para a superação da sociedade capitalista. Para realizar esta revolução – a revolução comunista - o proletariado deveria conscientizar-se, organizar-se em um partido político e implantar uma “ditadura da maioria” enquanto regime político em que democracia seria levada ao seu ponto máximo: a maioria exerceria o poder subvertendo a função historicamente cumprida pelo Estado até então. No Socialismo, o Estado serviria aos interesses da maioria trabalhadora. Em uma etapa posterior, no Comunismo, a igualdade real entre todos os seres humanos levaria a uma sociedade sem classes sociais e, por consequência, sem Estado

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IANNI, Octavio (org.) Marx. 5ª. ed. São Paulo: Ática, 1988. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- MARX, Karl. **A Questão Judaica.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1:** O processo de produção do capital. V.1 e 2. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.